

Comissão Parlamentar de Inquérito BES

Dr. Rui Guerra

Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito e as Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Deputados membros desta Comissão.

Infelizmente, não tenho tido oportunidade de acompanhar os trabalhos da Comissão com o tempo e a disponibilidade de que gostaria.

No entanto, julgo compreender o interesse dos Senhores Deputados no esclarecimento das questões que estiveram na origem do designado “caso BES” e, em particular, no esclarecimento de questões associadas ao BESA.

Nessa medida, admito que a razão de ser da minha convocatória se prenda essencialmente com as funções que desempenhei no BESA, entre Janeiro de 2013 e Outubro de 2014.

Estou totalmente disponível para colaborar com a Comissão e com os Senhores Deputados, mas a verdade é que a minha vontade e a minha disponibilidade se encontram fortemente limitadas pelos deveres de sigilo a que estou sujeito pela Lei Angolana.

A este propósito, não queria deixar de salientar que o respeito devido às instituições e leis Angolanas é para mim o mesmo que devo às instituições e leis Portuguesas. Por esse motivo, não obstante o desiderato de esclarecer V. Exas., peço que compreendam que as limitações do que poderei ou não esclarecer são produto do respeito pelas instituições e pelas leis destes dois países e não a tentativa de encontrar um qualquer refúgio, até porque, no meu caso, vale plenamente a máxima: *quem não deve, não teme*.

A este propósito, importa, também, referir que não tenho qualquer relação pessoal ou familiar com a anterior gestão do Banco Espírito Santo ou do Grupo Espírito Santo ou com os seus accionistas.

Fui e sou um gestor, tendo desenvolvido parte significativa da minha carreira num Banco internacional e outra parte como colaborador do BES, sendo que, presentemente, estou totalmente empenhado em apoiar a gestão do Novo Banco em tudo o que me for solicitado.

A minha lealdade é apenas com a verdade e é nesse pressuposto que, embora com as limitações já referidas, prestarei o meu contributo a esta Comissão.

S

enhoras Deputadas, Senhores Deputados, julgo ser oportuno partilhar convosco muito sumariamente aquele que foi o meu percurso profissional no BES onde ingressei em 1999.

Desde essa data até 2012, assumi diversas responsabilidades como Director-coordenador, sendo que as mesmas sempre estiveram directamente associadas à actividade internacional do Banco.

Até 2012, o então designado Departamento Internacional, que coordenei, tinha essencialmente a atribuição de acompanhar a actividade internacional do Banco, tanto através do desenvolvimento do negócio internacional, com grande ênfase no *trade finance*, como no acompanhamento e desenvolvimento das diversas unidades internacionais do Banco.

Apesar da nomenclatura “Departamento Internacional”, gostaria de esclarecer que este departamento não tinha, à data, quaisquer responsabilidades sobre a sucursal do BES em Espanha, sobre a unidade do BES em Miami e sobre o BESA.

Já no final de 2006 fui informado pelo CEO do BES de que, tendo em conta o meu desempenho, passaria a integrar o Conselho de Administração do BESA, o que sucedeu entre 2007 e 2009, na qualidade de administrador não executivo e não remunerado do mesmo.

Posso desde já adiantar que a informação a que tive acesso nas reuniões do Conselho de Administração do BESA, em que participei, é pouco mais do que aquela que era pública, designadamente através dos Relatórios & Contas e de outros documentos contabilísticos públicos daquele Banco.

Aliás, os temas porventura relevantes relativos ao BESA, pelo menos até 2012, e pelo que me pude aperceber, sempre foram tratados directamente entre o Dr. Ricardo Salgado, na qualidade de representante do accionista maioritário e presidente da Comissão Executiva do BES, com o pelouro de Angola, e o Dr. Álvaro Sobrinho, na qualidade de CEO do BESA, pelo que, no que se refere ao período de administrador não executivo (anterior à minha estadia em Angola na qualidade de CEO daquele Banco), possuía um conhecimento muito limitado do que se vivia no BESA.

Em data que não posso precisar, mas seguramente em Junho de 2012, o CFO do BES e administrador com o pelouro internacional, apresentou-me um projecto de mudança estratégica para o BESA, que implicaria um reposicionamento profundo do Banco no mercado Angolano, bem como alterações significativas no *governance*, convidando-me desde logo para liderar este projecto.

Além disso, o objectivo seria reunir uma equipa de gestão que fosse capaz de identificar e quantificar os problemas do BESA e que pudesse começar imediatamente a criar condições para o *turnaround* do Banco, de acordo com o plano que estava a ser delineado com o apoio de uma consultora internacional.

Devo referir que, apesar da minha nomeação formal ter ocorrido em Assembleia-Geral de Novembro de 2012, eu e a equipa que tive a honra de liderar só iniciámos funções no BESA, em Luanda, a partir de Janeiro 2013, sendo que, como se poderá compreender não

tivemos qualquer intervenção e responsabilidade na elaboração e aprovação das contas referentes ao ano de 2012.

Senhores Deputados, vou agora procurar esclarecer, de forma necessariamente genérica e limitada, a situação no início de 2013 com a qual fomos confrontados.

Após o diagnóstico inicial possível, encontrámos o banco numa situação muito difícil e que seguramente não antecipávamos.

Nesse momento inicial, tornou-se imediatamente evidente que a prioridade seria repor a transaccionalidade e assegurar a sustentabilidade financeira do Banco. Estes tornaram-se objectivos prementes e essenciais aos quais a nova gestão se dedicou intensamente. Aliás, só com a realização dos mesmos seria possível, num segundo momento, iniciar verdadeiramente a execução do plano estratégico que nos fora confiado e ao qual já fiz referência.

Tal facto, não impediu que, desde o primeiro momento, fossem tomadas as medidas necessárias para a reforma do *governance* interno destinadas a assegurar a adopção das melhores práticas internacionais. A título exemplificativo, logo em Janeiro de 2013 foi aprovado o regulamento de funcionamento da Comissão Executiva, bem como o estabelecimento de seis comités específicos – como por exemplo o comité de crédito, o comité de liquidez e o comité de controlo –, com regras definidas e a presença obrigatória dos directores de área e de, pelo menos, dois administradores executivos.

A partir de finais de Junho de 2013, com novas e profundas alterações do *governance* do Banco, tornou-se possível à minha gestão assegurar as condições essenciais para o processo de *turnaround* do mesmo e, assim, iniciar um percurso de verdadeiro crescimento sustentado, para o qual, não poderia deixar de o dizer, tivemos o apoio incedível do novo Presidente do Conselho de Administração, Exmo. Senhor Eng. Paulo Kassoma, bem como dos accionistas locais de referência, destacando-se o Senhor General Leopoldino do Nascimento.

Só a partir de então - entre Junho de 2013 e o final do ano - foi, também, possível realizar a inventariação, a análise documental e de risco da carteira de crédito do BESA de forma extensiva, o que se afigurava essencial para a compreensão definitiva da situação do Banco.

Em último lugar, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentámos, gostaria de partilhar com esta Comissão que, com o apoio de uma equipa inquestionavelmente motivada e empenhada, num período muito curto, foi possível, entre o mais:

1. Aumentar a captação de depósitos (em cerca de 550M USD);

2. Iniciar a redução real e sustentada do rácio de transformação;
3. Adoptar um plano de reactivação da relação com clientes existentes, mas inactivos;
4. Conquistar (cerca de 21.000) novos clientes;
5. Consolidar a liderança do negócio de *leasing* em Angola, com uma quota de mercado de 70%;
6. Reorganizar a actividade comercial do Banco por segmentos;
7. Aumentar significativamente a dispersão geográfica da rede comercial, com a abertura de 33 novos balcões e três centros de empresas, assegurando a presença em 15 províncias de Angola;
8. Adoptar as medidas necessárias à finalização de projectos imobiliários do Banco com vista à posterior realização de liquidez;
9. Recrutar e formar mais de 350 novos colaboradores;
10. Adoptar e implementar um plano de transformação operacional do Banco com o propósito de criar o *know how* e os processos internos necessários à sua eficiência operacional.

Além das medidas adoptadas e dos resultados muito positivos alcançados em apenas 12 meses, após concluída a referida análise e documentação da carteira de crédito, foi possível, com o apoio fundamental do Estado e das autoridades angolanas, bem como dos accionistas locais e do BES, obter a conhecida garantia soberana, que seria imprescindível para assegurar a sustentabilidade dos activos do banco em face de um elevadíssimo risco de crédito.

Apesar de todo o empenho e esforço da equipa que, reitero, tive o orgulho de liderar, em virtude de eventos externos e incontrolláveis não foi possível à minha gestão concluir o seu mandato e prosseguir o percurso de crescimento iniciado e que almejava alcançar para o BESA, num curto espaço de tempo, uma posição sólida e de destaque no mercado financeiro Angolano.

Este percurso, entre Janeiro – e, em particular, Junho de 2013 – e Outubro de 2014, foi marcado por uma constante, empenhada e transparente colaboração com as autoridades angolanas, os accionistas locais e os auditores do BESA.

Na verdade, as soluções encontradas para resolver os inúmeros e sucessivos problemas com que a Comissão Executiva se deparou foram sempre prontamente comunicadas, discutidas ou acordadas com as autoridades Angolanas, com os accionistas locais, e com os auditores. A todos deixo uma palavra de grande apreço.

Hoje, posso afirmar que, apesar de alguma frustração por não ter sido possível levar o projecto até ao fim, liderei o BESA, uma equipa de gestão extraordinária e mais de mil colaboradores, com todo o empenho e com todas as minhas energias, sem nunca ter abdicado dos princípios que norteiam a minha vida e a minha actividade profissional. Foi uma experiência muito enriquecedora, que me acompanhará sempre.

Senhores Deputados, estes são no essencial os esclarecimentos que entendi ser relevante prestar adiantadamente a esta Comissão e que, considerando os apertados limites legais a que estou sujeito, pude prestar-vos. Estou naturalmente à vossa disposição para as perguntas que entenderem colocar-me, que procurarei responder com todo o rigor, dentro desses mesmos limites.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2015.

Rui Guerra.